

A GEOGRAFIA A SERVIÇO DA POLÍTICA

AROLDO DE AZEVEDO

Examinando os fatos essenciais referentes às relações entre a Geografia e a Ciência Política, o autor chama a atenção para os perigos que o assunto apresenta, ao mesmo tempo que oferece uma visão dos principais aspectos da Geografia Política, no campo universal e no caso brasileiro.

SUMARIO

- I. *Geografia Política e Geopolítica.* — Aspectos gerais. Ratzel e Kjellen. Mackinder e Haushofer. A posição dos franceses. Nos Estados Unidos.
- II. *Alguns temas de Geografia Política.* — Espaço e posição. Fronteiras e zonas de fricção. A idade dos Estados. Fins político-econômicos dos Estados. O expansionismo colonial.
- III. *Retrato geográfico-político do Brasil.* — Alguns retratos do Brasil. O espaço brasileiro. A posição do Brasil. As fronteiras brasileiras. O Brasil é ainda muito jovem. O Brasil e o expansionismo colonial. Uma visão do futuro.

Explicação necessária. — Ao escolher como tema deste artigo as relações entre a Geografia e a Ciência Política — cumpre desde logo esclarecer — não pretendo demonstrar simpatias ou preferências pelo assunto. Muito pelo contrário, não me sinto inteiramente à vontade dentro dele; chego, mesmo, a abordá-lo com certo receio e indisfarçável constrangimento. Procurarei, porém vencer um e outro, com o exclusivo objetivo de oferecer aos que me lêem uma súpula do que já se fez dentro desse campo da conhecimento humano, para o qual se têm voltado as atenções de geógrafos e de figuras eminentes da cultura universal.

O tema apresenta muitas seduções, mas também inúmeros perigos.

Seria uma temeridade negar a existência da *Geografia Política*, uma das subdivisões da Geografia Humana, através da qual o Homem, constituindo uma coletividade jurídica — o Estado, vê-se es-

tudado em suas relações com o meio. Todavia, a seu lado aparece a *Geopolítica*, cujo campo de ação muito se aproxima do campo da primeira, embora não seja ramo da Geografia e, sim, um dos aspectos da Ciência Política. Tal fato constitui uma dificuldade inicial, entre as muitas existentes no caminho que devemos juntos percorrer.

Acresce, além disso, outra circunstância: em ambas estão presentes, de maneira sensivelmente predominante, a História e a Política, não restando quase nenhuma oportunidade para as investigações de caráter puramente geográfico. A paisagem — a paisagem que os geógrafos tanto apreciam, por ser o seu verdadeiro laboratório de pesquisas — passa a ser estudada das alturas, em amplas visões panorâmicas, no presente e no passado, através de considerações de caráter mais ou menos filosófico, fortemente imbuídas de pontos de vista puramente ideológicos e sob o inevitável signo das incertezas ou de remotas probabilidades.

Mesmo que procurasse simplificar a questão, limitando-me ao campo da Geografia Política, não me sentiria perfeitamente à vontade. É que, no meu entender (e acredito que tenho a meu lado o que há de mais significativo da moderna geração de geógrafos do Brasil), a Geografia Política é o menos geográfico dos ramos da ciência geográfica.

Como se tudo isso não bastasse, cumpre-me lembrar que, quando se penetra nêsse terreno, sente-se logo uma sensação de insegurança. Inseguro e pouco preciso é o seu conceito. Incerta é sua esfera de ação. Traíçoeira é sua bibliografia.

Não cometo qualquer exagêro ao fazer semelhantes afirmações. Em nenhum outro ramo da Geografia torna-se preciso tomar tantas cautelas; é como se estivéssemos percorrendo um campo de batalha cheio de minas ou uma área repleta de fossos camuflados. Segue-se um determinado caminho, dentro da aparente lógica de um raciocínio ou guiado pelas mãos de um autor de responsabilidade; quando menos se espera, dá-se um passo em falso e... está-se defendendo, sem o saber, o ponto de vista político de uma potência ou a ideologia de certa facção partidária, aleivosa ou disfarçadamente infiltrados em obras de caráter científico. Ora, trabalhar assim, para quem pretende ser imparcial, nada tem de atraente; exige um exaustivo peneiramento das idéias, um permanente estado de alerta, uma constante preocupação em descobrir pensamentos dissimulados, que — com toda franqueza — não compensa face aos resultados finais.

Apesar de tudo isso, como professor, não tenho o direito de ignorar o que se vem fazendo nêsse setôr da Geografia, como também julgo que temos o dever de chamar a atenção dos alunos para tal campo de estudos, pelo menos para alertá-los contra os perigos existentes. Sinceramente não desejo que aqueles que me lêem venham

a dedicar-se a tais estudos; pretendo, apenas, esclarecê-los, na medida de minhas possibilidades e contrariando frontalmente preferências íntimas.

I. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Aspectos gerais. — Quando se consulta a abundante bibliografia referente às relações entre a Geografia e a Ciência Política, há dois fatos que, sem demora, ferem nossa atenção.

Antes de mais nada e nos termos em que hoje são encaradas tais relações, os estudos referentes ao assunto não têm mais do que uns 60 anos e, praticamente, restringem-se ao nosso século. Trata-se, por conseguinte, de um campo ainda bastante novo, o que justifica muitas das incertezas que nele reinam e constitui mais um argumento para que procuremos agir com precaução ao abordá-lo. Refletem, inegavelmente, a situação internacional desse agitado período da História, cujas origens próximas remontam à segunda metade do século XIX e cujo "climax" foi alcançado em nosso século, através das duas sanguinolentas Guerras Mundiais.

Por outro lado, constata-se uma visível e inquestionável preferência pelo assunto da parte de homens oriundos do Mundo Germânico, tomada esta expressão em seu mais amplo sentido. O Mundo Latino tem-se mantido arredio, neste particular, oferecendo uma escassa contribuição, embora das mais valiosas, ou tomando uma decidida posição de combate, sempre que as circunstâncias o exigiram. Trata-se de um fato perfeitamente explicável, porque, sobretudo nos primeiros 40 anos do século atual, assistimos ao choque de imperialismos e ao conflito de antagonismos principalmente entre dois importantes grupos do Mundo Germânico: de um lado os Britânicos, bem representados pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos; de outro lado os Alemães, encarnados nas pessoas de Guilherme II e de Adolfo Hitler.

Percebe-se, por conseguinte, que não foi a busca desinteressada da verdade, nem a pesquisa pelo exclusivo bem da Ciência, que nortearam tais estudos. Os nomes que mais se têm destacado, no campo da Geopolítica como no da Geografia Política, preocupam-se quase exclusivamente em defender os interesses dos países a que pertencem e descobrir justificativas para sua política imperialista.

Ratzel e Kjellen. — Coube ao notável geógrafo alemão FRIEDRICH RATZEL (1844-1904) — que se imortalizou como um dos criadores da Geografia moderna e como o fundador da Antropogeografia ou Geografia Humana — dar novo sentido a uma expressão já conhecida de longa data — a *Geografia Política*, abrin-

do-lhe horizontes que éle próprio certamente não imaginou, através de diversos estudos publicados na última vintena do século XIX, particularmente sua "Politische Geographie" (1897). Aquilo que era compreendido como simples sinónimo de Geografia da História passou a ter um significado extraordinariamente amplo e completamente novo.

O eminente professor da Universidade de Leipzig, dentro do seu entranhado determinismo geográfico, esboçou em bases sólidas as doutrinas referentes ao *espaço* e à *posição*, que seus discípulos e sucessores — SUPAN, WAGNER e MAULL, acabaram por dar forma definitiva. O espaço do Estado cresce paralelamente com a expansão cultural de seu povo; o crescimento do Estado acompanha de perto outras formas de expansão de seus habitantes, como, por exemplo, a expansão comercial ou a obra missionária; o crescimento do Estado processa-se através da adição de pequenas unidades; a fronteira constituiu um instrumento periférico da expansão do Estado; em seu crescimento, o Estado empenha-se em absorver áreas de valor político-económico, como, por exemplo, planícies, cursos d'água, litorais, regiões produtoras de matérias primas, etc.; a tendência geral no sentido da ampliação territorial torna-se cada vez mais forte à proporção que as anexações venham a ser realizadas — eis alguns dos mais importantes *postulados da Geografia Política*, tal como a concebeu Friedrich Ratzel. Não há necessidade de muita argúcia ou malícia para se perceber, desde logo, que tais idéias serviam admiravelmente ao expansionismo prussiano, iniciado por Bismarck e continuado pelo imperador Guilherme II. Trata-se de um verdadeiro programa de governo para uma Nação imperialista.

A doutrina de Ratzel, por éle considerada estritamente geográfica, passou a ter uma amplitude inda maior quando RUDOLF KJELLEN (1864-1922), professor de Ciência Política na Universidade de Gotemburgo, na Suécia, e conhecido admirador da cultura alemã, publicou, em plena Primeira Guerra Mundial, a obra intitulada "O Estado como organismo vivo" (1916). Comparando o Estado com um sêr vivo, Kjellen multiplicou-se numa série de analogias: o território seria o corpo, a capital representaria o coração e os pulmões, as vias de transporte corresponderiam às artérias e às veias, os centros de produção seriam as mãos e os pés. Segundo éle, o verdadeiro poderio do Estado resulta da existência de três condições essenciais: a) grande espaço; b) ampla liberdade de movimentos; c) perfeita coesão interna.

Não sendo geógrafo, o ilustre professor sueco encarou tais problemas sob o ângulo da Ciência Política, tendo sido o criador de um termo novo, que logo veio a popularizar-se — a *Geopolítica*, que acabaria por se transformar num instrumento daquilo que era o

verdadeiro sonho de KJELLEN: vêr toda a Europa sob o domínio direto ou indireto do "Reich" alemão.

Data daí a coexistência das duas expressões — a Geografia Política e a Geopolítica, oriundas de uma só fonte — a cultura alemã a serviço do imperialismo alemão, seguindo caminhos e métodos diversos, embora semelhantes, e, no final das contas, procurando atingir os mesmos objetivos.

Mackinder e Haushofer. — Entretanto, antes de KJELLEN e depois d'ele, duas outras personalidades surgiram, contribuindo poderosamente para o fortalecimento da Geopolítica. Ainda na primeira década do século, exatamente no ano do falecimento de RATZEL (1904), HALFORD MACKINDER publicou um artigo na revista da "Royal Geographical Society" de Londres, no qual defendeu a idéia da existência de um *eixo geográfico da História*. A nova tese não teve praticamente nenhuma repercussão no Mundo Britânico, mas foi aproveitada e desenvolvida, na década de 1920-30, pelo Major General KARL HAUSHOFER, mais tarde um dos sustentáculos da política expansionista de Adolfo Hitler, professor da Universidade de Munich, presidente da Academia Alemã e fundador do Instituto de Geopolítica.

MACKINDER, já então professor da Universidade de Londres, vendo assombrado como um simples artigo, escrito em sua mocidade, e um livro — "Democratic Ideals and Reality", publicado em 1919, haviam passado a servir de fundamento ideológico para a potência rival de sua Pátria, introduziu modificações substanciais em sua doutrina, no ano de 1943, embora mantivesse de pé os postulados que os partidários do expansionismo hitlerista tanto apreciavam.

Em última análise, MACKINDER considera o Velho Continente como sendo uma "ilha" imensa — a *Ilha do Mundo* ("World Island"), que congrega a esmagadora maioria da população mundial e em tórno da qual estende-se uma só massa líquida — o *Oceano do Mundo* ("World Ocean"), repleto de "ilhas" menores, como a América e a Austrália. Naquela "Ilha do Mundo" encontra-se, por sua vez, o *Eixo* ou a *Terra-Coração* ("Heartland"), centro geopolítico da Terra, localizado, no estudo de 1904, em plena Sibéria, mas transferido, em 1943, para a Rússia européia.

Dentro de tais fundamentos, MACKINDER formulou seus três famosos *postulados*: 1.º — quem domina a Europa Oriental domina a "Terra-Coração" do Mundo; 2.º — quem domina esta última domina a "Ilha do Mundo"; 3.º — quem domina a "Ilha do Mundo" domina o Mundo todo.

De acôrdo com as alterações introduzidas em 1943, o *eixo do poder mundial* extender-se-ia do Volga ao Missouri, representando a Grã-Bretanha um papel semelhante ao da ilha de Malta no mar

Mediterrâneo e aparecendo a França como a “cabeça de ponte” da “Ilha do Mundo”.

Para HAUSHOFER e seus partidários, o poderio do Estado dependia estreitamente de certas *condições essenciais*; a auto-suficiência econômica, um espaço suficiente para atender às necessidades mínimas de sua população (o famoso “espaço vital”), o domínio direto ou indireto das áreas periféricas (as chamadas “pan-regiões”), o fortalecimento do poder militar e, como decorrência natural disso tudo, o caráter dinâmico das linhas de fronteiras.

Torna-se patente, em todas essas idéias, um indistigável oportunismo, interesseiro e unilateral, que tira quase completamente o seu valor, se as quisermos levar a sério. HAUSHOFER entusiasmou-se com a doutrina de MACKINDER porque constituía um excelente argumento para justificar os sonhos de Hitler em dominar a União Soviética e, com ela, a “Terra-Coração”, localizada na Sibéria. Por sua vez, MACKINDER não teve dúvidas em transferi-la para a Rússia européia no momento exato em que a União Soviética, agredida pela inesperada invasão das tropas alemãs (1943), passava a figurar ao lado da Grã-Bretanha na luta contra a Alemanha de Hitler... Resta saber se um e outro confirmariam suas idéias em face da situação atual da política mundial, em que o governo de Moscou domina o Velho Continente, do vale do Elba ao mar da China.

A posição dos franceses. — Do facciosismo dessas doutrinas geopolíticas resultou a atitude discreta dos verdadeiros geógrafos, acostumados a pisar terrenos mais firmes e a lidar com fatos mais objetivos. Daí o sensível alheamento dos estudiosos integrados no Mundo Latino, que preferiram colocar-se na cômoda posição de espectadores diante dessa espécie de representação teatral, que muito tem de opereta.

Outra não pode ser a explicação para o ponto de vista dos geógrafos franceses, sempre na primeira linha em todos os sectores da Geografia, mas ostentivamente desinteressados por semelhantes debates. Suas preferências voltaram-se para outros temas da própria Geografia Política, para os quais trouxeram relevante contribuição, como os problemas decorrentes da situação geográfica, as fronteiras, a colonização. No entanto, a diferença entre as suas obras e as produzidas pela Geopolítica alemã é total: quem quer que venha consultar os estudos de CAMILLE VALLAUX, de JEAN BRUNHES, de JACQUES ANCEL ou de GEORGES HARDY não sente a menor desconfiança de ser embaído em sua boa fé; poderá, naturalmente, discordar dos argumentos ou da interpretação, mas será forçado a reconhecer a honestidade científica daqueles mestres e, acima de tudo, a seriedade com que explanam os assuntos a que deram preferência.

Sociólogos e historiadores franceses têm dedicado sua atenção ao que poderíamos chamar de *Geografia Eleitoral*, procurando verificar as influências dos fatores geográficos no resultado das eleições. Em livro recentíssimo —

"Les Trois Âges du Brésil — Essai de Politique", o prof. CHARLES MORAZÉ, da Universidade de Paris e que reger a cátedra de Política na Universidade de São Paulo, oferece uma série de mapas altamente significativos concernentes às eleições de 1950, em que mostra os itinerários seguidos pelos três candidatos à presidência da República, a distribuição dos respectivos votos por Estados, a repartição do voto partidário, inclusive nas eleições para o Congresso Nacional e para as Assembléias Legislativas estaduais.

Nos Estados Unidos. — Os norte-americanos consideram o Almirante ALFRED THAYER MAHAN como um dos precursores da Geopolítica, graças às idéias que defendeu sobretudo na última década do século XIX, ao demonstrar a influência do poder marítimo na História. Todavia, a grande figura da Geografia Política, nos Estados Unidos, foi sem dúvida ISAAH BOWMAN, autor da notável obra intitulada "The New World", traduzida e atualizada por JEAN BRUNHES, sob o título de "Le Monde Nouveau" (1928), na qual o estudioso encontra uma visão fiel dos principais problemas surgidos em consequência da Primeira Guerra Mundial.

Nos últimos 15 anos, principalmente do decorrer da Segunda Guerra Mundial, muito se escreveu e se publicou a respeito da Geopolítica e da Geografia Política, no grande país da Norte América. Seus autores, porém, limitaram-se quase sempre a divulgar as doutrinas aparecidas, criticando-as, e a estudar geograficamente o panorama político do Mundo contemporâneo; as contribuições novas, embora existentes, não podem ser comparadas com as dos autores da velha Europa.

O exame das teorias geopolíticas e, sobretudo, a análise de problemas específicos de Geografia Política, relativos aos diferentes países ou regiões do globo, têm dado margem a uma abundante bibliografia, oriunda notadamente de autores de língua inglesa. DERWENT WHITTLESEY, SAMUEL VAN VALKENBURG, ROBERT STRAUSS-HUPÉ, RUSSELL FIFIELD, ETZEL PEARCY, HANS WEIGERT, VILHJALMUR STEFANSSON, ERNEST SHORT, J. F. HERRABIN e muitos outros precisam ser lembrados. Em França, além do já citado Jacques Ancel, Y. M. GOBLET deu preferência a tais temas; na Espanha, GONZALO DE REPARAZ; e na Itália, LUIGI DE MARCHI.

Em nosso país, dentro desse mesmo âmbito, ilustres figuras das Forças Armadas deram suas preferências a temas de Geopolítica. Todavia, continua a ocupar uma posição verdadeiramente ímpar, neste particular, o saudoso professor EVERARDO BACKHEUSER, autor de numerosos estudos, desde aquela corajosa e discutida "A Estrutura política do Brasil", publicada em 1926, até a sua derradeira "Geopolítica Geral e do Brasil", entregue ao público em 1952.

II. ALGUNS TEMAS DE GEOGRAFIA POLÍTICA.

Por entre esse complexo e perigoso emaranhado de doutrinas, torna-se perfeitamente possível separar o joio do trigo. Tentarei fazê-lo no desejo de demonstrar que a Geografia pode realmente dar sua contribuição à Ciência Política, sem que venha a abastardar-se

ou se transforme em simples instrumento das ambições de um Estado, dentro desta ou daquela ideologia política.

Como bem se pode compreender, não disponho de espaço suficiente para abordar os problemas de caráter regional ou local. Limitar-me-ei a focalizar, de leve, alguns temas de caráter geral, pois cada um deles daria assunto para outros tantos artigos, da mesma extensão do presente trabalho.

Espaço e posição. — Seria negar a realidade pôr em dúvida a importância que têm, para um Estado, o *espaço* que ocupa e a *posição* em que se encontra. A partir de Ratzel, os geógrafos e os políticos alemães bateram com insistência nessas teclas e bem sabemos porque.

A noção de *espaço* — o "Raum" dos alemães — depende, naturalmente, de uma série de circunstâncias: da maior ou menor força de expansão do Estado, das possibilidades que se abrem para tal expansão, da população que nêle se aloja.

Há Estados que se encontram em franco crescimento territorial, como existem os estabilizados e os que se acham em via de regressão. Para muitos, as possibilidades de aumento do espaço são maiores, quer em virtude de sua posição, quer em razão de seu poderio militar ou econômico. A densidade demográfica comanda, imperiosamente, a ampliação do espaço e regula a intensidade da força expansionista.

Baseada neste último postulado foi que nasceu a noção do *espaço vital* — o "Lebensraum" dos alemães, tão explorada pelos agentes do imperialismo teutônico, largamente utilizada pelo Japão em sua expansão no Extremo Oriente e pela Itália fascista em sua conquista do Império Etíope.

Da idéia de espaço é-se levado ao aspecto referente à *conformação territorial*, como natural consequência da expansão daquêle. Por entre a multiplicidade de formas apresentadas pelos territórios dos diferentes países do Mundo, torna-se possível distinguir algumas que são fundamentais: há Estados maciços ou compactos, como os há alongados, quer no sentido das latitudes como no das longitudes; outros Estados são extremamente recortados, ao passo que existem os que são fragmentados ou descontínuos — disso tudo decorrendo vantagens ou desvantagens, que o passado e o presente parecem confirmar.

Os Estados *maciços* ou *compactos* caracterizam-se por sua maior coesão política, pois é sempre vantajoso possuir a maior área dentro do menor perímetro; a Suíça, a França, o Uruguai, o próprio Brasil incluem-se nesta categoria.

Maiores desvantagens apresentam os Estados *alongados*, principalmente os que o são no sentido das latitudes (como é o caso do Chile), em virtude dos contrastes ocasionados pelos diferentes tipos de climas: todavia, neste último caso, se oferecem dificuldades à coesão política, possuem vantagens sob o ponto de vista econômico. Quando o alongamento se verifica no sentido das

longitudes (como acontece em relação à União Soviética e aos Estados Unidos), a coesão poderá ser mais facilmente mantida.

Os Estados *recortados*, sobretudo se tais recortes correspondem ao litoral (como acontece com a Grécia, a Itália, os países escandinavos etc.), possuem vantagens e desvantagens: podem se transformar em potências marítimas (o que se verificou notadamente no passado, na era dos veleiros), mas são extremamente vulneráveis devido à extensão de suas fronteiras oceânicas.

Os Estados *fragmentados* ou *descontínuos* lutam, sem dúvida alguma, com todas as desvantagens decorrentes dessa descontinuidade; o exemplo do Paquistão é dos mais completos, a este propósito.

Numa estreita relação com as características do espaço, inegável importância apresenta a *posição* — a "Lage" dos alemães, tomada tal palavra em seu mais amplo sentido. Na verdade, para os que se dedicam à Geografia Política, a "posição" do Estado abrange não somente sua *posição astronômica*, mas também as principais características decorrentes de sua situação relativamente ao continente de que faz parte (*posição política*) e das condições naturais, isto é, relevo, clima, vegetação, etc. (*posição geográfica*). O papel representado pelos Estados no âmbito regional ou no cenário internacional depende estreitamente desse conjunto de fatores.

Estados pertencentes ao Mundo Tropical e Estados incluídos no Mundo Temperado; Estados interiores e marítimos, centrais e periféricos, abertos aos contatos externos ou enclausurados por montanhas, dispondo de vias fluviais de fácil aproveitamento ou a lutar contra a falta delas — eis alguns dos muitos característicos que podem decorrer desse importante fator geográfico.

Coube ao prof. PIERRE GOUROU, em seu livro intitulado "Les Pays Tropicaux", demonstrar com muita acuidade a unidade do *Mundo Tropical*, procurando delimitar-lhe a área e focalizando seus principais problemas. A este se antepõe o *Mundo Temperado*, bem estudado de longa data e com características tão diversas.

Os Estados *interiores*, não banhados pelo mar, podem dispor de vias que os levam com facilidade às águas oceânicas (como é o caso do Paraguai, da Suíça ou da Hungria), como também podem encontrar-se realmente enclausurados por obstáculos naturais (a exemplo do Nepal e do Butã, localizados no Himalaia, e do próprio Afeganistão). Entre os Estados *marítimos*, em que se incluí a maioria dos países do globo, podemos colocar alguns Estados *centrais*; basta que seja realmente difícil o acesso até o mar que banhe suas costas, tal como acontece com a Pérsia. Típicos exemplos de Estados *periféricos* devem ser considerados o Chile, a Itália, a Grécia e os países insulares — a Grã-Bretanha, a Islândia, Cuba, as Filipinas, a Indonésia, o Japão. Sobre tudo os geógrafos alemães preocuparam-se muito em determinar os coeficientes de *continentalidade* e de *maritimidade* dos Estados, com o objetivo de fixar-lhes o papel geopolítico.

Fronteiras e zonas de fricção. — Do espaço ocupado por um Estado e da sua posição passa-se, sem esforço, para o estudo das *fronteiras*, sem dúvida um dos temas mais atraentes da Geografia Política.

A História da humanidade oferece-nos preciosos ensinamentos a propósito da *evolução* do conceito de fronteira entre os Estados, desde as áreas vazias, preferidas pelos povos antigos, até a íntima interpenetração, que pode ser encontrada em nossos dias.

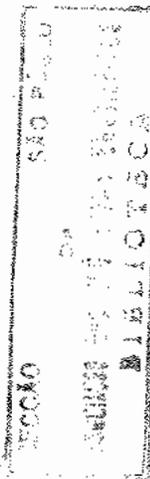
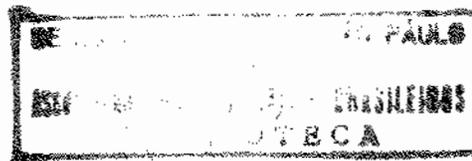
Na Antiguidade, eram frequentes os casos das chamadas *fronteiras-zonas*, constituídas por espaços vazios e imprecisos, "terras de ninguém", a separar Estados, tais como as da Caldéia e do velho Egito. Também existiram as *fronteiras-faixas*, geralmente representadas por fortificações ou obstáculos defensivos, a exemplo das admiráveis e multisseculares Murallas da China, que a defendiam das invasões mongólicas, e dos extensos fossos ou valos escavados pelos Romanos, como o "Fossum Hadriani", que isolava a Britânia de seus irrequietos vizinhos — os Pictos da atual Escócia. Modernamente, predominam as *fronteiras-linhas*, simbolizadas por linhas geodésicas muitas vezes traçadas em áreas "desertas" de homens, por acidentes naturais (cursos d'água, linhas de "divortium aquarum" ou de cumiadas) ou por simples linhas imaginárias, que chegam a dividir cidades, a passar por suas ruas, a cortar em duas as próprias habitações. Na fronteira da Holanda com a Bélgica existe uma pequena cidade, que se vê dividida entre os dois países e que possui uma casa cujos cômodos pertencem em parte a um, em parte a outro: trata-se de *Baerle-Nassau*, na porção holandêsa, e *Baerle-Duc*, na porção belga.

Desde que foi deixado de parte o conceito das *fronteiras naturais*, tão apreciado pelos estadistas do passado (que viam nos Pireneus o seu protótipo), mas desprezado porque constituem verdadeiras exceções os obstáculos da natureza capazes de separar os povos, voltaram-se os cultores da Geografia Política para a tarefa de encontrar classificações mais racionais; e muito se escreveu sobre o assunto.

HAUSHOFER, dentro de suas concepções geopolíticas, distinguiu seis tipos de fronteiras: 1. de *ataque*; 2. de *manobra*; 3. de *equilíbrio*; 4. de *defesa*; 5. de *decaência*; 6. de *apatia*.

Limitar-me-ei a focalizar uma delas, por considerá-la a mais geográfica e por haver sobrevivido à crítica dos entendidos. Em seu "Le Sol et l'État", publicado em 1911, CAMILLE VALLAUX reconheceu três tipos de fronteiras: 1. as *esboçadas*, simplesmente desenhadas no mapa, sem que seu traçado corresponda a nenhuma adaptação passiva do homem ao meio, nem a nenhuma adaptação ativa do Estado a que pertencem; 2. as *vivas*, também chamadas *de tensão* ou *de acumulação*, quando resultam de uma lenta evolução histórica, fixadas através de choques ou de lutas armadas, linhas de interesse permanente e de contato real entre os Estados limítrofes; 3. as *mortas*, que de vivas passaram à categoria de linhas tranquilas, como que fossilizadas, desde que a tensão de outrora deixou de existir.

Consagrada por JEAN BRUNHES, quando publicou, juntamente com VALLAUX, "La Géographie de l'Histoire" (1921), tal classificação passou a figurar entre as poucas idéias clássicas da Geografia Política.



Do espírito, que a norteia, decorrem naturalmente alguns outros conceitos, também indiscutíveis. É o caso das *zonas de fricção* ou *de atrito*, contraditórias quase sempre junto às fronteiras vivas ou de tensão, fontes de conflitos armados se a compreensão dos homens não fôr capaz de evitá-los. É o caso dos *Estados-tampões*, transformados numa espécie de escudo ou para-choque, "algodão entre cristais" no meio de dois outros antagônicos ou rivais em sua política expansionista.

Entre as muitas *zonas de fricção* do Mundo de hoje, a mais típica parece ser a existente entre a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental, bem simbolizada pela chamada "cortina de ferro". Também o Reno médio, infelizmente, continuando a ser um belo exemplo de fronteira viva ou de tensão, incluí-se entre tais zonas, cujo ponto vital pode ser considerado o território do Sarre. Entretanto, se as encararmos sob um prisma mais largo, outros muitos exemplos encontraremos; basta lembrar o caso da Coreia, também dividida em duas em virtude do choque entre o Mundo Soviético e o Mundo Livre; ou o canal de Suez, artéria vital do Império Britânico, sob constante ameaça por parte do Egito; ou, ainda, o permanente antagonismo entre Israel e o Mundo Árabe, ali representado pela Jordânia.

Quanto aos *Estados-tampões*, a Alemanha Ocidental pode ser apontada como um excelente exemplo, sem dúvida não tão significativo como outro, que já se tornou clássico — o Afeganistão.

A idade dos Estados. — A importância do espaço e da posição, a evolução e os tipos de fronteiras, a existência ou não de zonas de atrito dependem estreitamente da *idade* do Estado, encerrada esta sob o ponto de vista geopolítico. Por outras palavras: existe um *ciclo vital* dos Estados, comparável com o da vida humana, se bem que com aquela diferença que os geógrafos admitem ao aceitarem o conceito do ciclo de erosão — a possibilidade de reiniciar-se o ciclo, o que, infelizmente, os homens não conseguiram realizar para si.

SAMUEL VAN VALKENBURG pode ser considerado um dos que mais atenção deram ao assunto, quando estuda a *infância*, a *adolescência*, a *maturidade* e a *velhice* dos Estados.

Logo após a sua formação, em plena *infância*, o Estado tem apenas uma preocupação: consolidar sua estrutura interna, "putting the house in order" — segundo a pitoresca expressão de VALKENBURG. Por isso mesmo, não apresenta nenhuma tendência ao expansionismo territorial e mantém-se voltado para dentro de suas próprias fronteiras, a braços com os seus próprios problemas.

A segunda etapa — a *adolescência* ou, melhor talvez, a *mocidade*, caracteriza-se por um irrefreável dinamismo, que se reflete na expansão territorial, na conquista de novos espaços, na obtenção de novas

áreas de influência. Consequência natural dessa política ativa é a consolidação das novas fronteiras e do domínio assim obtido.

Ao atingir a *maturidade*, já o Estado não mais deseja expandir-se territorialmente; muito pelo contrário, preocupa-se seriamente em assegurar a posse de seus domínios, em aproveitá-los por tôdas as maneiras e em defendê-los contra possíveis agressores. É a idade em que o Estado toma uma posição francamente defensiva, manifesta-se a favor da segurança e da cooperação internacional, transforma-se em defensor da paz mundial e somente lança mão da força se fôr ameaçado em sua integridade territorial ou em seus vitais interesses político-econômicos.

Resta uma referência à *velhice* do Estado, à sua decrepitude, à sua decadência política. Sentindo-se enfraquecido, não tem ânimo para se defender contra os ataques externos e assiste à desintegração interna. Transforma-se na presa fácil e inerme dos "lobos máus" do imperialismo internacional; e, se um sangue novo não lhe fôr injetado, ocasionando o seu rejuvenescimento, acabará por ser riscado do mapa das Nações livres, chegando ao final de sua existência. Passa, então, a figurar no grande "cemitério" dos Estados mortos e a pertencer exclusivamente às páginas da História.

No confuso caleidoscópio do Mundo em que vivemos não será difícil encontrar exemplos, numerosos e expressivos, para cada uma dessas etapas do grande ciclo vital dos Estados.

A totalidade dos países da América Central e a maioria dos países da América do Sul encontram-se, certamente, na *infância* de sua evolução política. A União Soviética pode muito bem ser considerada o símbolo da *adolescência* ou *mocidade*, idade em que também se incluem a África do Sul, a Etiópia e, talvez, o Egito, a Arábia Saudita e a Turquia. Em plena *maturidade* encontram-se a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, entre outros. A Pérsia, o Afeganistão, o Tibé seriam dos poucos países considerados na *velhice*.

Fins político-econômicos dos Estados. — Sob a influência de tôdas as condições atrás citadas, referentes ao espaço, à posição, às fronteiras e à idade, o Estado passa a ter uma série de *fins político-econômicos*, cuja realização, consciente ou inconsciente, vem a transformar-se num verdadeiro programa de ação, no cenário internacional.

Em pequeno livro, pouco citado mas inegavelmente valioso, ARTUR DIX aborda tal aspecto da Geografia Política, através de abundante exemplificação.

Em última análise, seis podem ser considerados os principais fins político-econômicos do Estado:

1.º — o *domínio da totalidade de uma bacia hidrográfica*, bastando para isso que, sendo "adolescente", possuía a foz, as secções.

navegáveis e, menos frequentemente, o curso superior de um grande rio;

2.^o — *uma saída até o mar*, aspiração quase generalizada, motivo de inúmeros conflitos armados ou de soluções visivelmente artificiais, como aquele famoso "corredor" da Polônia;

3.^o — *vários acessos ao mar*, quando o Estado, já senhor de um trecho de costa e em plena força expansionista, procura obter outras saídas para o mar ou garantir novas vias dentro das rotas oceânicas;

4.^o — o *domínio das costas opostas*, alvo natural do Estado expansionista, desejoso sempre de transformar as águas do mar ou do oceano, que estão ao alcance, em uma espécie de "lago" exclusivamente seu;

5.^o — *vias-fêrreas transcontinentais*, instrumentos poderosos não apenas para a circulação das riquezas, como para assegurar o domínio ou, pelo menos, fortalecer a influência política do Estado em relação às áreas atravessadas;

6.^o — o *arredondamento da esfera de domínio*, que leva o Estado, em pleno fastígio de poder, a preferir dominar em forma de círculos esquematizados, tanto mais numerosos e amplos quanto maior seja seu poderio, assegurando-lhe um campo extenso para sua expansão político-econômica, inclusive zonas de tráfico e bases estratégicas, imprescindíveis à consumação de seus planos de imperialismo.

A simples inspecção do mapa político do Mundo, no presente como em épocas as mais diversas da História, com o apóio nos ensinamentos desta, é mais do que suficiente para ilustrar, através de exemplos extremamente significativos, a existência real de tais fins político-econômicos dos Estados.

A aspiração ao *domínio da totalidade de uma bacia hidrográfica* torna-se patente quando examinamos o mapa da África: a bacia do Congo está praticamente nas mãos da Bélgica, o Egito deseja ardentemente dominar a bacia do Nilo e as Ingêleses têm procurado garantir para si o controle da totalidade das bacias do Zambeze e do Niger. Na Ásia, os maiores rios vêem suas bacias dominadas pelos países em que se encontram. Na Europa, a Polônia conseguiu conquistar a bacia do Vístula, ao passo que os do Reno e do Danúbio, por estarem repartidas entre vários países, constituem áreas de fronteiras tipicamente instáveis. Na América do Norte, os Estados Unidos controlam a totalidade da bacia do Mississipi-Missuri e não deixam de aspirar o domínio das do São Lourenço e do Colorado, o que pode significar uma ameaça permanente ao Canadá e ao México, respectivamente. Na América do Sul, dentre os grandes rios, apenas o São Francisco tem um só senhor, sendo de prever-se alterações futuras, quanto às fronteiras, nas áreas pertencentes às bacias do Orenoco, do Amazonas, do Paraná e do Uruguai.

As fronteiras da Bolívia não devem ser consideradas definitivas, porque este país deseja *uma saída até o mar*, perdida em consequência da guerra com o Chile; já não tem a mesma gravidade a situação do Paraguai, pois dispõe de uma artéria navegável, embora possa vir a ser esta, exatamente, a causa de conflitos com seus vizinhos mais poderosos. Na Europa, o caso da Suíça pode ser considerado excepcional, desde que, por motivos vários, parece realmente

não aspirar uma saída para o Mediterrâneo. A antiga Sérvia, país interior, veio a transformar-se na atual Iugoslávia, país marítimo. Quanto aos Estados interiores da Europa Central, embora disponham da via do Danúbio, bem se conhece sua instabilidade política, a partir do desmoronamento do Império austro-húngaro. Na África, as antigas repúblicas do Transvaal e do Orange, que não possuíam uma saída para o Índico, foram absorvidas na África do Sul. O mesmo poderá suceder com a Etiópia, salvo se conseguir manter o acesso ao mar Vermelho, que lhe foi assegurado pela posse da Eritreia.

No desejo de possuir *vários acessos ao mar* baseou a Rússia czarista sua expansão territorial, conseguindo alcançar o mar Negro, o Báltico, o oceano Ártico e o oceano Pacífico. Também assim os Estados Unidos, quando procuraram atingir o golfo do México e, depois, as costas do Pacífico. Constituído exemplos de outra natureza, essa mesma aspiração levou a Grã-Bretanha a controlar o canal de Suez e os Estados Unidos a construir o canal de Panamá.

Dentro do anseio de *dominar as costas opostas*, a Suécia sonhou, um dia, em fazer do Báltico um "lago" sueco, da mesma maneira que a Itália pretendeu dominar o Adriático, a Grécia o mar Egeu, a Rússia o mar Negro, o Japão o mar de seu nome. Num campo muito mais vasto, a Grã-Bretanha quase conseguiu transformar o oceano Índico em um enorme "lago" britânico.

Graças à construção de *vias-férreas transcontinentais*, a Rússia assegurou seu domínio e sua influência através da Sibéria, o Canadá e os Estados Unidos fortaleceram a coesão e a unidade de seus extensos territórios, a Argentina pretendeu colocar o Chile sob sua esfera de influência e o Brasil poderá consegui-lo em relação à Bolívia.

Aspirando *arredondar sua esfera de domínio*, muitos Estados passaram a figurar nas páginas da História como conquistadores: é o caso, entre tantos outros, da pequena Macedônia ao tempo de Alexandre, da Roma dos Césares, da Espanha de Carlos V ou de Felipe II, da Rússia de Pedro o Grande, da França de Napoleão, da Grã-Bretanha ao tempo da rainha Vitória, da Alemanha de Hitler, da Itália de Mussolini, da Rússia de Stalin — uns de maneira mais violenta e cruel, outros de forma mais suave, se bem que todos procurando atingir os mesmos objetivos.

O expansionismo colonial. — Resta-me abordar um derradeiro tema: o *expansionismo colonial*, fenômeno que resulta, em última análise, da conjugação de todos os fatores até aqui mencionados, particularmente o problema do "espaço vital" e muitos dos fins político-econômicos que vimos de examinar.

Sem dúvida a pressão demográfica constitui o elemento básico dessa forma de expansão. Todavia, tão importantes como esta, surgem a representar o seu papel três outros fatores, pelo menos:

1.º — a necessidade de obter produtos alimentares e matérias primas para a indústria, desde que os Estados colonizadores classificam-se entre os de super-produção industrial e que necessitam de um suplemento de produções agrícolas;

2.º — a necessidade de possuir mercados certos para os produtos de sua indústria e áreas onde seja possível empregar, com o máximo de garantia, os capitais acumulados em virtude de seu desenvolvimento econômico-financeiro;

3.º — o inegável prestígio, no âmbito da política internacional, e a possibilidade de instalação de bases militares, para a defesa ou para o ataque, que decorrem da posse de domínios coloniais.

Fenômeno registrado na própria Antiguidade, através da expansão colonial dos Fenícios e dos Gregos, foi, porém, nos Tempos Modernos que se estruturaram os maiores e mais poderosos Impérios Coloniais, desde os notáveis exemplos construídos pela Espanha e Portugal até esse espantoso aglomerado de Estados que se denomina "Comunidade Britânica de Nações", a respeito do qual vozes autorizadas teimam em afirmar que tem seus dias contados, embora os fatos pareçam indicar exatamente o contrário.

No sector da colonização, já não mais tem sentido a velha distinção entre as *colônias*, áreas de povoamento, e as *possessões*, áreas de simples exploração econômica. O esquema é por demais simplista para que possa ser hoje admitido em face das novas fórmulas introduzidas, das rivalidades internacionais, dos anseios de liberdade e da consciência do próprio valor, que se vai generalizando entre os povos dominados.

Longe está o tempo em que apenas a força bastava para dominar e a simples presença de um chapéu do tipo chamado "colonial" ou de "explorador", coroando uma roupa de linho branco, era suficiente para impor respeito. Repetem-se as lições da História e os grandes impérios vão-se, aos poucos, esboçando, tanto mais rapidamente quanto menos humana e compreensiva foi a política adotada pela potência colonizadora.

Daí o aparecimento de outras distinções, a exemplo daquelas feitas por GEORGES HARDY:

a) *colônias de enraizamento*, que correspondem às antigas colônias de povoamento, desde que o fenômeno que hoje se registra, ultrapassada a fase da expansão colonizadora, é o do enraizamento do elemento de origem européia, quer pela substituição do elemento indígena, quer pela coexistência com este e através da mestiçagem, quer pela associação com os próprios indígenas;

b) *colônias de enquadramento*, expressão que parece soar melhor do que o termo "possessão" (sempre associado à idéia de posse e de exploração, no pior sentido econômico), nas quais a população indígena é simplesmente dirigida, orientada por um número reduzido de europeus e em caráter sabidamente transitório, à espera do dia em que os naturais possam governar-se por si mesmos;

c) *colônias de posição*, que não se fundam em necessidades de povoamento ou de exploração econômica, mas exclusivamente em motivos de ordem comercial ou político-militar, como os pontos de escala nas rotas marítimas e as bases de caráter estratégico.

Colônias de *enraizamento* teriam sido, no passado, o Brasil e os demais países da América Latina, como também alguns dos atuais "domínios" da

Comunidade Britânica — a Austrália, o Canadá, a África do Sul e, menos típicos, os territórios franceses da África do Norte.

Colônias de *enquadramento* seriam, por exemplo, a Nigéria, o Quênia, a África Ocidental Francesa, Madagascar, o Congo Belga, Angola, Moçambique, etc. e, até bem pouco tempo, a Índia, o Paquistão, a Indo-China, a Indonésia, etc., que lograram obter sua liberdade.

Colônias de *posição*, finalmente, corresponderiam a exemplos bem conhecidos, como Gibraltar, Malta, Aden, Malásia Britânica, Hong-Cong, Havai, Taíí, Falklands, etc., além de pontos estratégicos situados no continente antártico e nos grandes desertos.

A posse de domínios coloniais, quaisquer que sejam suas categorias, teve como causa ou ocasionou muitas das mais sangrentas guerras já levadas a efeito à face da Terra. Deram e continuam a dar origem a numerosas *zonas de antagonismo político*, que se transformam em prêsas cubiçadas e motivos permanentes de novos conflitos. Daí a precariedade dos Impérios Coloniais e o destino que lhes parece estar reservado; seu desaparecimento mais cedo ou mais tarde. A par disso, o levantamento do nível cultural das populações indígenas, a rápida difusão das idéias pelos múltiplos meios de que atualmente dispomos e a inevitável consciência do próprio valor contribuem para que tais povos exijam um lugar ao Sol da liberdade.

Poucos, pouquíssimos foram os Estados colonizadores que se preocuparam em implantar, em seus domínios, uma atmosfera de convivência cordial e humana, um espírito de recíproca dependência, sem superioridades descabidas e anacrônicas. A este propósito, Portugal surge como verdadeira exceção, pois soube criar uma "consciência portuguesa", profunda e estável, entre os indígenas de suas colônias da África, da Ásia e da Oceânia; daí a estabilidade de seu Império Colonial, mais vulnerável somente em relação aos territórios pequeninos encravados em países de forte população (Índia Portuguesa, Macáu, Timor).

Vítimas dessas realidades, a Holanda perdeu as suas Índias Orientais (atual Indonésia), a França ficou praticamente sem a Indo-China e está sob a ameaça de perder toda a sua África do Norte, a Grã-Bretanha deu liberdade aos seus domínios indianos (Índia, Paquistão, Birmânia, Ceilão). Assiste-se, evidentemente, ao crepúsculo da era colonial.

III. RETRATO GEOGRÁFICO-POLÍTICO DO BRASIL.

Alguns retratos do Brasil. — Atinjo a etapa final de minhas despretenciosas considerações, após haver tentado, em pinceladas extremamente rápidas, oferecer um panorama do vasto campo que se abre aos que se dedicam à Geografia Política. Resta-me uma tarefa, sem dúvida perigosa como são todas as que venho examinando, mas que se impõe como resultante lógica do encadeamento de idéias e como objetivo final do presente trabalho. Tentarei esboçar,

com fundamento nos postulados e conceitos da Geografia Política, um *retrato* do Brasil.

Não tenho a pretensão de ser o primeiro a fazê-lo e, ainda menos, de realizar obra perfeita.

Em 1928, o brilhante espírito de PAULO PRADO deu-nos um livro — “Retrato do Brasil”, que traz um sub-título sugestivo — “Ensaio sôbre a tristeza brasileira”. Logo de entrada, o leitor esbarra com uma citação amarga e irônica, devida ao mestre CAPISTRANO DE ABREU:

“O jaburú... a ave que para mim simbolisa a nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, azas fornidas e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela “austera e vil tristeza”...”

Seus capítulos não são menos pessimistas: a luxúria, a cobiça, a tristeza, o romantismo. O leitor que percorre suas páginas repletas de azedume, verdadeiras em muitos pontos, injustas em muitos outros, não pode deixar de terminá-lo com uma esmagadora sensação de arrazamento. Sem desejar, nem de longe, negar a cultura e a inteligência do ilustre pensador paulista, ousou classificar tal livro entre aqueles que provocam o que eu chamaria de “complexo de inferioridade coletivo”; porque, resultante de uma crise hepática (como diagnosticou BATISTA PEREIRA) ou não, o “Retrato do Brasil” de PAULO PRADO não pode fazer nenhum bem, mesmo se admitíssemos que tudo o que lá está escrito seja a pura verdade.

Mais recentemente, em 1950, o jornalista LIMEIRA TEJO publicou um livro — “Retrato Sincero do Brasil”, em que se encontra muito amargor, bastante pessimismo, mas nada que nos indique que vale a pena sobreviver; examina a crise brasileira, refere-se à “maldição histórica” que nos acompanha, focaliza os defeitos do nosso capitalismo e da nossa política de industrialização. Não nego seja sincero o retrato ali feito, como não ponho em dúvida a boa intenção de seu autor, da mesma maneira que em relação a PAULO PRADO.

O que não posso compreender é que se contente alguém em apenas apontar defeitos, arrolar fraquezas, sem sugerir medidas que venham minorar tantos males e sem descobrir as vantagens de que dispomos, pequena mas esperançosa réstea de luz no meio dessa escuridão. Ou tais autôres estão nos convidando ao suicídio em massa?...

Com os recursos fornecidos pela Geografia e limitando-me ao que possa interessar ao campo da Ciência Política, tentarei, a meu jeito, retratar o nosso país. Um retrato geográfico-político, ou talvez nem isso.

O espaço brasileiro. — O Brasil é um “Estado-gigante, uma Nação-continente” — escreveu PIERRE DEFFONTAINES. De fato assim é, colocando-se provavelmente entre os dois mais extensos do Mundo, em terras contínuas, somente sobrepujado pela União Soviética, se levarmos em conta as imensas extensões inabitáveis do Canadá.

Daí decorrem *vantagens* inegáveis: não conhecemos o angustioso problema do “espaço vital”, temos uma imensidade de terras despoçadas e por conquistar, dispomos de variadas condições climáticas e diferentes paisagens vegetais. “Feliz o Estado que possui tais espaços do futuro — observou SUPAN, pois pode praticar assim, dentro de suas próprias fronteiras, uma política de expansão, colonizar e prosperar em paz: êle cresce por dentro!”

No entanto, cumpre que não nos entreguemos a alegrias algo porque-me-ufanistas, pois daí decorrem muitas *desvantagens*, em nada desprezíveis: poderemos ser vítimas dos Estados mais fortes e de seu imperialismo conquistador; sem falar nesta trágica hipótese, temos gravíssimos problemas a resolver, decorrentes do vasto espaço que nominalmente nos pertence, e, quase sempre, um só problema apresenta complexa gama de matizes, bem típica de um continente.

A posição do Brasil. — Dentro da América do Sul, o Brasil abarca a mais vasta de suas áreas tropicais, não só porque se encontra na maior parte colocado em plena zona tropical, como porque a extrema modéstia do nosso relêvo — o Brasil é um país de planaltos e de planícies — não altera as condições climáticas resultantes de sua posição astronômica.

Em consequência, a *tropicalidade* constitui o traço marcante do seu território: sentimo-la na predominância dos climas quentes, na presença de grandes áreas de florestas quentes e úmidas, na existência de variadas modalidades de savanas, nos regimes de nossos rios, nas próprias formas do relêvo, nos tipos de solos, em nossas mais importantes riquezas agrícolas e... quem sabe? em certas características psicológicas, bem conhecidas, de uma parcela ponderável de nossa população.

Esta verdade precisa ser dita e muitas vêzes repetida para que não venhamos a cometer certos erros, ainda hoje frequentes: procurar soluções que foram adotadas e deram certo em países de clima tipicamente temperado. Cumpre, neste particular, deixar de lado os exemplos fornecidos pela Europa e, até mesmo, pelos Estados Unidos. Tenhamos coragem de enfrentar a verdade e sejamos realistas, procurando conhecer as soluções adotadas e as vitórias obtidos pelo homem na América Central, no Sudão, no Congo, na Etiópia, na África Oriental, na Índia, na Indo-China, na Malásia,

na Indonésia, na Austrália. Aos olhos e aos ouvidos de determinados "patriotas", tais exemplos podem aparecer como bastante desagradáveis e talvez um tanto insólitos; contudo, resultam pura e simplesmente de uma realidade geográfica.

A possíveis ou reais desvantagens advindas dessa tropicalidade correspondem, porém, algumas *vantagens*, a respeito das quais honestamente não poderia silenciar. Com efeito, não conhecemos os calores de abraçar nem os frios enregelantes, estes últimos causadores de prejudiciais hiatos anuais, suficientes para interromper a atividade humana; não possuímos desertos, nem sofremos aquelas chuvaradas catastróficas, que outros países tropicais tão bem conhecem; para muitos de nossos produtos agrícolas torna-se possível obter duas colheitas cada ano, ao contrário do que se dá no Mundo Temperado; somos o mais populoso país de população branca do Mundo Tropical — nada menos de 30 milhões de brancos puros, perfeitamente integrados na civilização ocidental —, o que constitui formal desmentido àqueles que ousaram afirmar que o homem branco não poderia sobreviver na zona inter-tropical; encontramos numa excepcional posição, sob o ponto de vista estratégico-militar, pois estamos fadados a controlar a porção meridional da bacia do Atlântico — o mais importante dos oceanos, somos uma das encruzilhadas das rotas mundiais e, em face da chamada "Ilha do Mundo" de Mackinder, possuímos uma invejável ponta de lança, que tão bem funcionou durante a última Grande-Guerra — o chamado "Trampolim da Vitória".

No dia em que for possível utilizar a Antártida como base para as comunicações aéreas, o Brasil representará importante etapa na rota da América do Norte e da Europa em direção à Austrália. Percebe-se isso, de maneira nítida, quando se examina o Mapa-Mundi em projeção azimutal equidistante e oblíqua, tendo por centro a cidade de São Paulo, organizado pelo prof. João Soukup e publicado em 1949 pela Universidade de São Paulo.

As fronteiras brasileiras. — No sector das fronteiras, temos a felicidade de possuir uma esmagadora maioria de *fronteiras esboçadas*, que significam tranquilidade e paz externa. Não constitui segredo para ninguém que são elas frequentemente violadas de maneira pacífica e inocente, por paisanos que por lá livremente transitam, pois não sentem (e não poderão sentir) que estejam ofendendo nossa soberania; como são frequentes os contrabandos, às vezes de boiadas inteiras... Tem de ser assim, até que a onda povoadora atinja essas lindes afastadas, esboçadas em solidões onde o homem é um ausente.

Mas temos, também, algumas *fronteiras vivas*; e é no sector sul que vamos encontrá-las, embora sem que se registrem a vivêza

ou a tensão, conhecidas dos países da velha Europa, separados por ódios históricos.

Possuímos, finalmente, umas poucas *fronteiras mortas*, outrora palco de lutas encarniçadas, lavadas por muito sangue generoso, mas hoje tranquilas e ignoradas pela maioria. O rio Ibicui, no Rio Grande do Sul, basta como exemplo; e exemplo dos mais gloriosos, a relembrar as infundáveis Guerras do Sul, que se arrastaram por mais de um século, no período colonial.

Podéria ir mais longe na busca de exemplos referentes ao Brasil. Nada mais interessante do que estudar, à luz da Geografia Política, as *fronteiras estaduais* e, com elas, a *conformação territorial* daí resultante. Tema, que eu saiba, ainda não tratado pelos que apreciam o assunto.

Exemplo de *fronteira viva* pode ser considerada a que separa Minas Gerais do Espírito Santo, até hoje em litígio e palco de acontecimento sangrentos, além de outros menos belicosos. *Fronteira morta* típica pode ser considerada a que separa o Paraná de Santa Catarina, no território de Palmas, teatro das lutas do chamado "Contestado".

Se encararmos o aspecto da *conformação territorial*, constatações interessantes poderão ser obtidas. Basta lembrar o caso do Maranhão e do Piauí, opostos em sua forma: o Piauí, bojudo no interior, afunilando-se no rumo do oceano, junto ao qual conseguiu estabelecer um verdadeiro "corredor", após demoradas discussões com o Ceará; o Maranhão, largo em sua fachada atlântica e afunilando-se cada vez mais rumo ao interior, para terminar em ponta, na chapada das Mangabeiras. Tal curiosidade encontra sua explicação na marcha do povoamento: o Piauí foi conquistado pela corrente povoadora procedente do vale do São Francisco — a chamada "corrente baiana", que só tardiamente alcançou o litoral; muito pelo contrário, o Maranhão resultou da chamada "corrente pernambucana", que seguiu pela costa e só tardiamente atingiu as chapadas do alto sertão.

O Brasil é ainda muito joven. — Em sua "Political Geography", SAMUEL VAN VALKENBURG não tem nenhuma dúvida em fazer a seguinte afirmativa: "As repúblicas da América Central e do Sul, excetos possivelmente a Argentina e o Chile, estão ainda em sua infância".

No meu modo de entender, aquêle professor da "Clark University" foi injusto para com o Brasil, pois deveria tê-lo também incluído entre as citadas prováveis exceções.

Com efeito, por numerosas razões, sentimos que o nosso país começa a preparar-se para uma nova etapa em sua vida política — a *adolescência* ou *mocidade*, depois de haver consolidado sua estrutura interna e após "ter posto a casa mais ou menos em ordem". Teremos provavelmente uns 14 ou 15 anos, o que significa que estamos passando por um período tão difícil e tão crítico como o que sofre o jovem adolescente. Fato curioso: quase tudo quanto os estudiosos da psicologia da adolescência apontam como características

comuns dessa fase delicada da vida humana, pode ser aplicado ao Brasil de nossos dias.

Idade de ilusões e de desenganos, de indecisões e de incertezas, de uma boa dose de erros antes que seja alcançado o caminho certo, cujos principais *característicos*, naquilo que nos interessa, são os seguintes: a formação da personalidade; um sentimento exato dos fatos concretos; uma extrema curiosidade em relação aos mais variados problemas; tendência à discussão, que se funda num certo espírito de contradição; resistência à autoridade; busca de certos ideais, que pode levar a gestos extremos ou a ações heróicas; procura de amizades consideradas imorredouras, geralmente entre os da mesma idade; exuberante atividade e um dinamismo que pode ultrapassar as próprias possibilidades; visível inquietação.

Sofremos os efeitos de uma verdadeira *crise de crescimento*. Cumpramos aguardar, com paciência e com sabedoria, o fim dessa fase realmente difícil, penosa e delicada, porque não tardaremos a assistir ao início de nova e importantíssima etapa de nossa existência como Estado.

Julgo interessante lembrar que não estamos muito longe da Humanidade, se a encararmos sob o ponto de vista da *evolução do progresso técnico*. Devem-se a GUSTAVE BESSIÈRE, autor de uma utilíssima "Arithmétique à l'usage des Hommes d'État", traduzida para nossa língua sob o título de "Cinco Lições de Economia Racional" (São Paulo, 1937), estas palavras:

"Tudo faz pensar que a etapa do progresso técnico, que começou nos primórdios do século XIX, encontra-se, no momento atual, na vizinhança de seu ponto crítico, isto é, quando o crescimento depois de ter sido até então acelerado, vai retardar-se no conjunto. Para falar em linguagem biológica, poder-se-ia dizer que *temos atualmente 16 anos*, embora nosso crescimento tenha começado há mais de um século."

Tão joven assim, é compreensível que o Brasil represente um papel bastante modesto quanto aos *fins político-econômicos*. Encontramo-nos, ainda, no puro terreno das probabilidades, a este propósito, pois as perspectivas de tais problemas se projetam para um futuro muito remoto.

Dominaremos um dia, pelo menos no ponto de vista econômico, a totalidade da Bacia Amazônica? É muito provável.

Acontecerá o mesmo em relação à Bacia do Prata, cujos grandes rios formadores têm suas cabeceiras e larga extensão de seus cursos em terras brasileiras? Possivelmente, — embora tenhamos, neste caso, de enfrentar uma força político-econômica poderosa, a Argentina, em cujas mãos se encontra o baixo rio Paraná e que controla o estuário do Prata, às margens do qual o Uruguai representa o papel de um "Estado-tampão".

Aspiraremos, um dia, controlar as costas africanas, que nos são opostas, a fim de realizar o sonho de fazer do Atlântico Sul um grande "lago" brasileiro? A hipótese pode parecer por demais

audaciosa, talvez mesmo algo quixotesca; contudo, poderá alguém formular argumentos em contrário, perentórios e irrefutáveis? Bastaria recordar que, na latitude da Bahia, lá se acha o território de Angola, colonizado pelos portugueses, separado de nós por uma distância facilmente vencível por um moderno transatlântico em três ou quatro dias.

Entretanto, há um exemplo que se acha em plena fase de concretização: a ligação ferroviária entre o pôrto de Santos e o litoral do Pacífico, através da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, que já é a mais extensa via-férrea transcontinental da América do Sul.

O Brasil e o expansionismo colonial. — Dono de um tão vasto espaço, em sua maior parte inaproveitado; possuindo cerca de 60 milhões de habitantes, mas podendo conter folgadoamente 200 milhões — o Brasil muito tem ainda a fazer, dentro de suas próprias fronteiras, no sector da colonização e do aproveitamento econômico; goza daquela felicidade, de que nos fala Supan: “pode crescer por dentro”.

Já se disse, com razão, que o nosso país faz lembrar um “arquipélago”, tal o isolamento e tamanhas são as dificuldades de comunicações existentes entre as suas diferentes regiões. Se tomarmos por base essa característica e se bem avaliarmos os contrastes reinantes dentro de nossas fronteiras — contrastes que decorrem do “espaço” e da “posição” de cada uma das regiões brasileiras —, chegaremos, sem muito esforço, a uma surpreendente conclusão: o Brasil contém, em si mesmo, um verdadeiro Império Colonial.

Trata-se de uma realidade, que precisamos ter a coragem de proclamar, sem receio de ferir melindres, aparentemente razoáveis, mas perfeitamente descabidos. Ignorá-la ou ocultá-la, sob o pretexto de um mal compreendido patriotismo e em nome da unidade nacional, pode significar exatamente um demonstração de falta de amor à Pátria e uma ameaça àquela unidade, admirável herança que nos foi legada pelos nossos antepassados.

Considero os Estados e Territórios brasileiros como os membros de uma grande família. Ora, nas famílias numerosas, não é possível encontrar uma perfeita uniformidade em relação aos seus membros: constata-se diferenças de idades, de vocações ou preferências, de inteligências e temperamentos, da própria saúde. Tudo isso é extremamente natural e a ninguém é lícito negá-lo, por se tratar de um fato real.

Ora, dentro da grande “família” brasileira, também se constata diferenças idênticas. Se aplicarmos as distinções de Valkenburg ao âmbito nacional, não poderemos deixar de reconhecer que certas unidades federativas encontram-se na *infância*, ao passo que

outras se acham em plena *adolescência* e, talvez umas poucas, na *maturidade* de sua evolução política, cultural e econômica. Variadas são as vocações ou preferências, que se refletem nos diferentes sectores da vida econômica: economia de coleta, agricultura, pecuária, indústrias extrativas, indústrias de transformação. E, assim, unidades mais fracas e mais fortes sob o ponto de vista político-econômico, mais ou menos produtivas, ricas umas e menos favorecidas outras. Tal como numa família numerosa.

Dá ser perfeitamente lógico que o Brasil possuía um *centro-vital*, uma espécie de *Terra-coração*, de onde parte a voz de comando e para onde convergem as atenções das demais regiões, a representar o papel de *metrópole* de nosso "Império Colonial". Nos séculos XVI e XVII, no ciclo do açúcar, esse centro-vital localizou-se no Nordeste canaviêiro, particularmente em Pernambuco, embora a capital da colônia fosse a cidade do Salvador. No século XVIII, fundado na mineração do ouro e das pedras, deslocou-se para Minas-Gerais e contribuiu fortemente para a transferência de nossa capital para o Rio de Janeiro. Durante boa parte do século XIX, situou-se em terras fluminenses, graças à expansão do café através do vale do Paraíba. Em nosso século e nos dias que correm, localiza-se sem nenhuma dúvida no *triângulo Rio-Minas-São Paulo* — área densamente povoada, que contém as duas maiores cidades brasileiras, que congrega suas mais importantes riquezas agrícolas (a começar pelo café, a cana de açúcar e o algodão), que dispõe do mais poderoso parque industrial e onde se concentra a maior e mais compacta de nossas redes de transporte. Em sua "Economic Geography of South America", publicada em 1940, WHITBECK e WILLIAMS dedicaram-lhe um capítulo, sob o título — "The Heart of Brazil". Três anos depois, ROBERT PLATT, em sua "Latin America", considerou-a o "Subtropical Core of Brazil". Em obra recente — "Le Brésil", publicada em 1954, PIERRE MONBEIG classificou-a como "La région vitale du Brésil".

Ao lado desse centro-vital, dessa "Heartland", ocupando preeminente posição sob o ponto de vista político, cultural e econômico, encontram-se áreas que fazem lembrar os "*dominions*" da Comunidade Britânica: são os Estados meridionais, sobretudo o Rio Grande do Sul; é o Recôncavo da Bahia, como também Pernambuco e a região açucareira do Nordeste.

O restante do território brasileiro, compreendendo mais da metade da extensão do país, representa um papel semelhante ao das *colônias propriamente ditas*, a exigir o apóio, a orientação, o auxílio sob as mais diversas formas por parte do centro-vital; áreas de exploração econômica, abertas às iniciativas procedentes da "metró-

pole" ou dos "domínios". Uma, como a Amazônia e o Centro-Oeste, talvez mesmo o Nordeste Ocidental, assemelham-se às *colônias de povoamento*. Outras, como o sertão do Nordeste Oriental e a região do São Francisco, fazem-nos pensar nas *colônias de enquadramento*.

A comparação, que venho tentando fazer, poderá completar-se se examinarmos o papel económico de cada uma dessas unidades do nosso "Império colonial": as duas primeiras se destacando como fornecedoras de produtos manufaturados e de produtos alimentares, ao passo que a última aparecendo como mercado de matérias primas.

Parece-me ser esta a realidade brasileira e este o sentido atual do nosso "expansionismo colonial".

Se fosse levada na devida conta essa realidade (que nada tem de impatriótica e não deve despertar melindres descabidos), outras seriam as diretrizes da administração federal no campo político-económico e, mesmo, cultural: atender-se-iam, de maneira mais concreta e eficiente, as verdadeiras necessidades regionais; evitar-se-ia o desperdício imperdoável de energias e de dinheiro, consumidos em obras levadas a efeito contrariamente a essas realidades; não mais seriam tomadas medidas de caráter nacional em flagrante desrespeito aos interesses e às peculiaridades das regiões brasileiras; e, finalmente, teria fim essa espécie de "ditadura" da Capital Federal, que geralmente ignora ou parece ignorar a existência de outros centros político-económicos e culturais dentro do país e timbra em considerar-se auto-suficiente para resolver todos os problemas, esquecida de que o Brasil é um verdadeiro "continente".

Uma visão do futuro. — Todavia, cumpre prever o futuro, um futuro que pode não estar tão distante quanto parece.

Há cem anos atrás, não passaria pela cabeça de ninguém que os Estados Unidos viessem a se servir tanto de certos territórios afastados, como o arquipélago de Havaí e as ilhas Filipinas, bases de sua política internacional no oceano Pacífico, ou fosse obrigado a possuir bases militares em terras da Europa e da África.

Estou plenamente convencido de que, uma vez atingida sua plena *mocidade*, o Brasil não poderá se contentar com os seus 8 e meio milhões de km². Teremos, então, o nosso verdadeiro Império Colonial? Julgo que não. Mas poderemos nos utilizar, com inegáveis vantagens, dos territórios colonizados pelos portugueses.

Em trabalho recentíssimo, intitulado "Os Espaços Vitais", publicado na "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa (tomo XX, 2.^a série, n.º 1, 1954), o ilustre professor Luís SCHWALBACH, da cadeira de Geografia da Universidade lisboeta, escreveu as seguintes palavras:

"E, sob determinado prisma, não poderemos considerar o Brasil como incluído no espaço vital português?"

A resposta a esta pergunta deverá ser afirmativa, na hora em que vivemos, tendo em vista a forte pressão demográfica reinante

em Portugal e a onda de imigrantes que de lá nos tem chegado. Dia virá, porém, que a situação será diferente, porque o Império colonial português passará a ser incluído no espaço vital do Brasil, pelo menos para a realização de seus objetivos político-econômicos.

A idéia não é nova. Em 1919, em artigo intitulado "Le développement maritime et l'avenir transatlantique du Brésil", o insuspeito publicista francês J. Gaillard assim se expressou:

"De todos os países da América do Sul é o Brasil o que mais necessita de um grande e poderoso desenvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica, para base de sua expansão econômica e comercial e garantia de uma desafiada liberdade de movimentos, no seu tráfico através dos mares. Ora, uma das primeiras consequências políticas dessa atividade marítima seria, pela frequência das comunicações, a mais íntima ligação de todo um disperso grupo de territórios da mesma língua, isto é, da língua portuguesa."

Já tive oportunidade de defender a presente tese perante o Nono Congresso Brasileiro de Geografia (1940). Não sou dos que imaginam realizável o sonho de uma "Confederação Luso-Brasileira"; mas sou dos que acreditam que os povos que falam a língua portuguesa, fortemente unidos por laços espirituais, poderão vir a ser liderados pelo Brasil, mesmo sem que liames políticos os unam. Representaremos um papel semelhante ao dos Estados Unidos em relação ao mundo de língua inglesa.

Portugal conseguiu implantar sua civilização e sua cultura em terras da África, da Ásia e da Oceânia, nas quais as populações indígenas — negros, indús, mongólicos ou malaios — têm uma "consciência portuguesa" e muito se orgulham em se considerar cidadãos portugueses.

Impondo-se por uma política de igualdade entre os europeus e os indígenas; respeitando a propriedade, os usos e costumes arraigados pela tradição; levando aos seus domínios ultramarinos sua cultura e as vantagens do progresso — Portugal, sem ter a força de outras metrópoles colonizadoras, construiu um dos mais sólidos Impérios coloniais do Mundo. Considero de mais alto valor, por autorizados e insuspeitos, os testemunhos de GONZALO DE REPARAZ, em sua "História de la Colonización" e de JACQUES WEULERSSE, em sua "Afrique Noire", a propósito da feliz e acertada política colonial dos portugueses.

Se o Brasil puder utilizar esses territórios, passará a contar com excelentes bases e terá um vasto campo para realizar uma política internacional de envergadura. Recordêmo-nos de que os atuais domínios portugueses são verdadeiras etapas na rota para o Oriente: Cabo Verde, São Tomé, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macáu, Timor. A língua representará, em tudo isso, sólido traço de união e inestimável fator de mútuo entendimento, suficiente para uma estreita colaboração, à semelhança da que hoje existe entre os Estados.

Unidos e a Austrália. Teremos ao nosso dispor algo de comparável a verdadeiras *colônias de posição*.

Conclusão. — Não advogo para o Brasil nenhuma política imperialista, nem permito que me apontem como paladino de guerras de conquista contra quem quer que seja, em nosso continente ou fora dele. Prevejo apenas, com base nos ensinamentos de uma sã e construtiva Geografia Política, um natural e inevitável aumento de nossa "esfera de influência". Porque não encaro com pessimismo o futuro do Brasil; porque confio plena e sinceramente em seus grandes destinos.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA E ACCESSIVEL

- ANCEL (Jacques) — *Géopolitique*, ed. Delagrave, Paris, 1936. — *Géographie des Frontières*, ed. Gallimard, Paris, 1938. — *Manuel Géographique de Politique Européenne*, ed. Delagrave, Paris, 1940.
- AZEVEDO (Aroldo de) — *Geografia Humana*, Editora Nacional, São Paulo, 1934. — *O Império Colonial Português e o Brasil: um esboço de Geografia Política*, em Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, ed. C. N. G., vol. V, Rio, 1944. — *Geografia Humana do Brasil*, Editora Nacional, São Paulo, 1950.
- BACKHEUSEP (Everardo) — *Estrutura Política do Brasil — Notas Prévias* ed. Mendonça, Machado & Cia., Rio, 1926. — *Geopolítica e Geografia Política*, em Revista Brasileira de Geografia, IV, n.º 1, Rio, 1942. — *Alguns conceitos geográficos e geopolíticos*, em Boletim Geográfico, IV, n.º 40, Rio, 1946. — *A Geopolítica Geral e do Brasil*, ed. Biblioteca do Exército, Rio, 1952.
- BOWMAN (Isaiah) — *Le Monde Nouveau*, tradução francesa e atualização de Jean Brunhes, ed. Payot, Paris, 1928.
- BRUNHES (Jean) e VALLAUX (Camille) — *La Géographie de l'Histoire — Géographie de la Paix et de la Guerre sur terre et sur mer*, Paris, 1921.
- CARVALHO (Delgado de) — *Geografia Humana, Política e Económica*, Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- DIX (Arthur) — *Geografia Política*, tradução espanhola de Martin Echeverría, ed. Labor, Barcelona, 1929.
- EAST (Gordon) — *Géographie Historique de l'Europe*, tradução francesa de A. Vaillant, ed. Gallimard, Paris, 1939.
- FIFIELD (Russell H.) e PEARCY (G. Etzel) — *Geopolitics in Principle and Practice*, ed. Ginn & Co., Boston, 1944.
- FIGUEIREDO (José de Lima) — *A Geografia e a Política do Poder — As teorias geopolíticas*, publicação da Escola Superior de Guerra, Rio, 1954.
- FONSECA JÚNIOR (Leopoldo Nery da) — *Geopolítica*, Rio, 1940.
- GABAGLIA (F. A. Raja) — *A Geopolítica*, em Boletim Geográfico, V, n.º 54, Rio, 1947.
- GOBLET (Y. M.) — *El Crepúsculo de los Tratados*, tradução espanhola de J. G. Noguín, ed. Joaquim Gil, Barcelona, 1935.
- GOTTMANN (Jean) — *Doutrinas geográficas na Política*, em Boletim Geográfico, V, n.º 54, Rio, 1947. — *La Politique des États et leur Géographie*, ed. Armand Colin, Paris, 1952.
- GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares) — *O Poder Nacional — Seus fundamentos geográficos*, publicação da Escola Superior de Guerra, Rio, 1954.

- HARDY (Georges) — *Géographie et Colonisation*, ed. Gallimard, Paris, 1933.
— *La politique coloniale et le partage de la Terre aux XIXe. et XXe. siècles*, ed. Albin Michel, Paris, 1937.
- HORRABIN (J. F.) — *Atlas de Política Mundial*, tradução espanhola e adaptação de Ricardo Crespo, ed. Joaquín Gil, Barcelona, 1935.
- HUXLEY (Julian) e DEANE (Phyllis) — *The Future of the Colonies*, ed. Pilot Press Ltd., Londres, 1944.
- J. M. C. L. — *Geografia e Nacionalismo: uma discussão*, em Revista Brasileira de Geografia, VIII, n.º 1, Rio, 1946.
- KISS (George) — *Political Geography into Geopolitics*, em The Geographical Review, XXXII, n.º 4, New-York, 1942. — *Geografia Política na Geopolítica*, em Revista Brasileira de Geografia, IV, n.º 4, Rio, 1942.
- MANNONI (O.) — *Psychologie de la Colonisation*, ed. Seuil, Paris, 1950.
- MARCHI (Luigi de) — *Fondamenti di Geografia Política*, ed. Milani, Pádua, 1937.
- MORAZÉ (Charles) — *Les Trois Ages du Brésil — Essai de Politique*, ed. Armand Colin, Paris, 1954.
- MOURIN (Maxime) — *Histoire des Grandes Puissances depuis la Guerre*, ed. Payot, Paris, 1939.
- NEVEU (C. A. Le) — *Les Empires Coloniaux*, ed. Gigord, Paris.
- REPARAZ (Gonzalo de) — *Historia de la Colonización*, ed. Labor, Barcelona, 1935. — *Geografia y Política*, ed. Americalee, Buenos Aires, 1943.
- RENNER (George T.) — *Global Geography*, ed. T. Crowell Co., New-York, 1944.
- RODRIGUES (Lísias A.) — *Geopolítica do Brasil*, ed. Biblioteca Militar, Rio, 1947.
- SHORT (Ernest H.) — *Esquisse de Géopolitique*, tradução francesa de F. Debyser, ed. Payot, Paris, 1936.
- SILVA (Golbery do Couto e) — *Conjuntura Nacional — Aspectos geopolíticos*, publicação da Escola Superior de Guerra, Rio, 1954.
- STRAUSZ-HUPÉ (Robert) — *Geopolítica — La lucha por el espacio y el poder*, tradução espanhola de Ramón Ullá, ed. Hermes, México, 1945.
- TAYLOR (Griffith) — *Geography in the Twentieth Century*, ed. Methuen, Londres, 1951.
- THEIMER (Walter) — *The Penguin Political Dictionary — An ABC of International Affairs*, ed. Penguin Books Ltd., Hamondsworth.
- TRAVASSOS (Mário) — *Projeção continental do Brasil*, Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- VALLAUX (Camille) — *La Mer*, ed. Octave Doin, Paris, 1908. — *Le Sol et l'État*, ed. Doin, Paris, 1911.
- VALKENBURG (Samuel Van) — *Elements of Political Geography*, ed. Prentice-Hall, New-York, 1940.
- WALCKER (Eric A.) — *Les Colonies — Passé et avenir*, tradução francesa de Annette Goldstein, ed. Nagel, Paris, 1945.
- WEIGERT (Hans W.) e STEFANSSON (Vilhjalmur) — *Compass of the World — A Symposium on Political Geography*, ed. Macmillan, New-York, 1944.
- WHITTLESEY (Derwent) — *The Earth and the State — A study of Political Geography*, ed. Henry Holt, New-York, 1944. — *Geografia Política*, tradução espanhola de Julio le Riverend, ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1948.